

GLOBALIZAÇÃO E PÓS-MODERNO

JOSÉ MARIO ANGELI

Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina

A nous la Liberté Renè Clair

Os conceitos - globalização e pós-moderno - revelam-se na compreensão sócio-política dessa realidade. Normalmente, eles podem ser identificados, se pensar o processo da globalização da econômica, com sendo o esgotamento do moderno ou como superação de uma época. Identificou-se nas sociedades industrializadas, uma forma de pensar a sua organização, os seus valores e o comportamento humano, com sendo uma ruptura com o moderno. Embora, eles sejam diferenciados entre si, até porque a globalização se refere ao processo econômico como um todo, o pós-moderno tem sido referido mais, como um paradigma de compreensão da contemporaneidade, antes de ser tematizado, isto é, onde a liberdade da subjetividade está colocada como valor último dos seres humanos.

A origem do pós-moderno pode ser identificada, particularmente, após os anos 60 e, fundamentalmente nos movimentos de 68, pela expressão máxima da liberdade dos homens. Alguns críticos, muito apressadamente, identificaram no pensamento do filósofo alemão Martin Heidegger, como sendo, o fundador do pós-moderno. Ele inaugura uma visão de mundo e de um modo auto-conceber o homem, que rompesse com as determinações históricas das condições materiais de seu tempo e por meio do "imperialismo da linguagem", atribui-se capacidade de não somente, simbolizar a realidade, mas de produzi-la (HEIDEGGER, 1990: 27-31). O pós moderno

aparece no cenário filosófico como sendo uma filosofia de linguagem, capaz de dar sentido à realidade ou então, como acentuou Habermas em "agir comunicativo", que a comunicação é a dimensão última das sociedades modernas, assim como a linguagem tem uma significação determinante para a forma de sócio-cultural da vida (HABERMAS, 1987: 11).

Esses teóricos reduzem o mundo das coisas à linguagem e como também à signos de mera superfície. Assim, o pós-moderno seria uma impostação da linguagem às coisas. Eles irão identificá-lo, como sendo uma "ontologia fraca" (LOSURDO, 1993), e ao mesmo tempo, imputar a Nietzsche crítico da moderna sociedade ocidental, uma compreensão muito abstrata do real.

A tentativa neste texto está em pensá-lo dentro do contexto da globalização econômica que inside, conseqüentemente, num mundo de grandes transformações e, por isso, pode-se pensá-lo como sendo um sinônimo do mundo pós-industrial e sobretudo como sendo um paradigma fraco de análise do real.

A questão que se formula aqui para prosseguir na análise é a seguinte: não será necessário modificar a conceituação vigente da globalização. Se, se entende que o processo de globalização em curso da economia, das comunicações e da cultura, comporta os mais variados entendimentos, desde a sua negação como "algo novo" na face da terra, até sua afirmação como algo irreversível; e, se se entende que a realidade e um fluir constante concernente ao seu caráter ontológico, logo, é possível aprender aqueles conceitos numa visão capaz de se contrapor ao fenômeno empírico que estamos assistindo na contemporaneidade.

Ora, se a globalização está associada à abertura das fronteiras comerciais, à privatização do Estado, ao acesso tecnológico, aos bens de consumo e até ao cenário de uma nova era na educação e cultura. Em contraposição está sendo associada à globalização as falências, bancarrotas, a desestruturação produtiva, flexibilização de direitos dos trabalhadores, desemprego crescente, o refluxo do movimento sindical e popular e o fim do estado como indutor de recursos econômicos para o desenvolvimento social cujos prejuízos tem sido maiores para os trabalhadores em geral, em detrimento a uma pequena minoria que dela tem - se beneficiado.

Alguns analistas falam da “terceira onda” referente à segregação e a exclusão social provocada pelo processo de globalização. Os atuais governo, impulsionados pelos liberais convertidos agora em neoliberais e pelos ex-social-democratas que passaram a defender o fim de políticas distribuídas, através da regulação do Estado, implementam esse processo como sendo a racionalidade suprema. Eles recuperam uma forma “civilizada” entre o Estado e Mercado, liquidando o Estado em função do livre funcionamento do Mercado, destruindo assim a dialética existente entre eles. É preciso lembrar que esta relação em si, já é contraditória, pois o funcionamento do Mercado exige um Estado forte para garantir o direito de propriedade, o respeito ao contrato social e a prevalência do processo competitivo.

Uma terceira onda de desigualdade estaria sujeito em curso. Ela seria provocada pelo desconhecimento, por milhões de pessoas de uma nova linguagem: *a dos computadores*. O monopólio das comunicações, - sua posse sem controle público e a seletividade interessada das suas informações, - aumentará o controle político e cultural, já em curso, pela ideologia do mercado em escala, para orientar as políticas planetária (GENRO, 1996). Observação essa relevante, até porque tem-se definido perfis de governos, que mais se adquam às exigências da mídia.

Paulo Arantes, na SBPC, julho de 96, definia a globalização como sendo um con-

ceito apologético, ambíguo e fala coisas que não existe. Ele citava o exemplo do relatório da ONU (Organização das Nações Unidas), sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo Arantes, as disparidades econômicas entre os países em desenvolvimento e os países industrializados, se acentuaram nos últimos anos. O Brasil está em 58º lugar do IDH apresentando um desempenho à média mundial abaixo de sua capacidade produtiva. Além disso, muito das 10 milhões de culturas correm o risco de desaparecerem com a globalização. Para Arantes, a Globalização significa uma sociedade interdependente, onde as oportunidades são iguais para todos, sem com isso, levar em consideração as condições de desigualdades dos cidadãos.

O conceito de globalização surgiu na década de 70, quando a academia americana passou a falar de *global trade*, para orientar as políticas internacionais das empresas americanas. A partir de 1985 quando Gorbachev instaurava a *perestroika e glasnot* orientava a política Russa, por transparência e abertura do regime soviético, com o objetivo de recuperar a produtividade do sistema socialista em confronto com o capitalista e de restabelecer a paz construindo uma “Europa Comum”, uma casa comum. A baixa produtividade do trabalho e a distorção do princípio de justiça social conduzia o desenvolvimento econômico à estagnação (GORBACHEV, 1987: 19), por conseguinte, elementos que atuaram na derrocada do socialismo real.

Particularmente, no final da década de 80, com o fim do “socialismo real”, inaugurou-se uma nova ordem econômica mundial cuja expressão maior foi a guerra do golfo e que ainda em nossos dias ela dá sinal de existência. Ela surgiu em nome da ONU, afim de recompor as bases da ordem internacional e das novas relações de forças, logo em seguida, ao rompimento do equilíbrio bipolar. Na realidade a expressão mais adequada, para entender, é a mundialização do capital, que se intensificou com o fim do “socialismo real”, em 1989.

Marx e Engels oferece uma das primeiras e mais completas interpretações do ca-

pitalismo moderno e global. No **Manifesto Comunista** eles afirmam que a burguesia criou um novo internacionalismo através do mercado mundial, ao lado da “sujeição das forças da natureza ao homem, da maquinaria, da aplicação da química à agricultura e à indústria, da navegação a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo, da devastação de continentes inteiros para cultivo, da canalização de rios, do surgimento de populações inteiras como por enquanto” (MARX e ENGELS, 1996: 16). Fê-lo a um alto custo: por meio da violência e da destruição de tradições, opressão, redução de avaliação de toda atividade ao frio cálculo do dinheiro e do lucro.

Além disso: “essa subversão contínua da permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas: as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes mesmo de assificar-se. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com seriedade suas condições de existência e suas relações recíprocas” (IDEM: 14).

Sem sombra de dúvida, a retórica desses autores definem o lado subterrâneo da estética moderna, que tem sua forma no capitalismo. Em o *Capital*, Marx toma a mercadoria como uma coisa misteriosa porque simultaneamente ela incorpora o valor de uso e o valor de troca do trabalhador. E, pelo dinheiro, segundo Marx, os homens dissolvem os seus vínculos, com a comunidade tradicional, fazendo desse dinheiro a verdadeira comunidade. O que é o “fetichismo da mercadoria” senão o mascaramento das relações sociais entre as coisas, forma encontrada pelo dinheiro e a troca no mercado (HARVEY, 1993: 98). Essa percepção apresenta o problema das relações reais que se encontram prontamente no mercado como elemento globalizador da reprodução da vida social.

Gramsci também fala de um capitalismo planetarizado. O seu discurso sobre “o modo

de acumulação do capital dos mais monstruosos e doentios” parte da questão meridional, mas vai além do problema da “hegemonia do norte” sobre o Sul, bem como, da hegemonia da cidade sobre o campo. O que mais se conta no discurso de Gramsci é que, discurso da globalização ou seja as supostas relações Norte-Sul, assumem uma virtude internacional, que hoje ele aparece como perversamente “neutra” sobre a denominação da interdependência, isto é o sistema hierárquico das nações em mundo de dominação capitalista (GRAMSCI: 2.142-45) que, se alastra por todos os países. A nível de generalidades fica claro que os conceitos geográficos (por exemplo, Norte-Sul) são sobretudo metáforas, pois eles reenviam à questão do imperialismo e do colonialismo, outrora sistemas de dominação entre as nações.

A hegemonia do Norte teria sido “normal” e historicamente “benéfica” se, o industrialismo tivesse tido a capacidade de ampliar, com um certo ritmo, os seus quadros para incorporar sempre novas zonas economicamente assimilada (GRAMSCI:131). Gramsci fazia esse relato em 1930, após a queda da bolsa de Nova York.

Gramsci se pergunta, como os homens produzem a riqueza, a vida, as relações sociais e a si mesmo? “Americanismo e fordismo” é a resposta moderna a esta pergunta. Para ele, o americanismo e fordismo significa racionalidade, produtividade e industrialismo. Ele Atende que o capitalismo não é somente um modelo., mas uma realidade invadente e prevadente, portadora de um entendimento totalitário no espaço e no tempo.

Segundo Gramsci, americanismo e fordismo, nada mais é que a expressão no poder corporativo da economia como um todo, baseado no New Deal de Roosevelt, forma encontrada para salvar o capitalismo. Aquilo que Ford, fez sozinho - introduzir o dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores, introduzir um método produtivo, distributivo e circulativo de mercadorias que organicamente permeia todo o tecido social, e por isto, ele tende a generalizar-se - se o fez por meio de um processo de

“coerção” e disciplina no processo de trabalho e, da “persuasão” dos altos salários para melhorar o teor da vida do americano. Gramsci chama agora a atenção do envolvimento do Estado no processo produtivo, forma encontrada para salvar o capitalismo da grande depressão.

Gramsci entende o novo capitalismo ser uma realidade lacerada e contraditória, minada no seu interior e no exterior pela sua própria “crise orgânica”. De tal forma que aquilo que parecia ser moderno, nada mais era que uma “modernização conservadora”. Esse processo foi descrito como uma “revolução passiva” ao invés de ser o nascimento do novo (GRAMSCI: 2.173). A inovação técnica aportada pelo americanismo e fordismo não foi suficiente para retirar o capital da crise generalizada e implementar o desenvolvimento dos homens na década de 20.

Crise e desenvolvimento capitalismo aparecem intimamente conexos. Há, porém uma contradição não formal, substancial que reunifica estes dois termos. Os americanismo e fordismo se apresentou como portador de uma modernidade e de uma conservação. Modernidade porque houve um avanço tecnológico no sistema produtivo pelo método de Ford. Conservação porque ele não logrou superar as formas arcaicas da organização social vigente, antes ampliou pela presença da máquina, colocando muitos trabalhadores à margem da sociedade. Este é o problema central. A partir da época da Revolução Francesa o “moderno” - o Estado moderno descrito por Hegel - se caracterizou por um lado, como sendo um modelo de racionalidade e de progresso e, por outro, como uma bandeira contra o “novo”, isto é, a revolução de 1917 que estava nascendo.

Certamente que os tempos mudaram. Se, se refere ao modo de produção, a introdução de novas tecnologias no sistema de produção, a questão agora, está em saber distinguir, entre os elementos mais simples e os mais gerais, que determinam a continuidade daquilo que permanece numa inteira época.

Uma dessas características gerais da continuidade, trata-se do processo de globali-

zação com parte do capitalismo, onde a inovação tecnológica e a sua contra parte. O paradoxo decorrente desse processo, é que a liberalização do trabalho pela técnica, se apresenta com nunca, simultaneamente, a liberalização da técnica. O “americanismo e fordismo”, embora tenham se proliferado pelo tecido social, não libertaram o homem de suas condições materiais. Eles criaram um “novo tipo de trabalhador”, submisso à máquina.

A inovação tecnológica como atualização do moderno, não libertou os homens de suas necessidades, mas reduziu simplesmente o trabalhador a “um apêndice da máquina”, embora não se tenha conseguido fazer dele um “gorila domesticado”, aquele processo “libertador” foi incorporado por um pequeno grupo, antes que todo um conjunto social. A globalização - mundialização do capital - se intensificou pela fragmentação do ser humano, através do industrialismo de regiões mais ou menos desenvolvidas, forma de ser capitalismo.

Uma outra característica da globalização, acentuada por Gramsci, elemento de continuidade, é o processo de imigração das regiões pobres para as mais ricas. Embora, a imigração tenha diminuído nos dias de hoje, ela mudou somente de qualidade. A existência de um grande contingente desempregado que afluí constantemente aos centros desenvolvimentos continua em nossos dias de forma dramática. O movimento de abertura econômica das fronteiras nacionais tem o seu contraponto nas restrições dos direitos dos imigrantes, no avivamento da xenofobia, nos vários tipos de imigrantes nacionalismos e de conflitos étnicos (BALIBAR 1991: 57).

Desde que o capital existe (séc. XIV) ele é mundializado. Isto significa que não se tem fronteiras para ele. Desta forma então, se for para falar de economia, ela já foi muito mais aberta do que é hoje. Isto não basta olhar para os escritos de Lenin em 1923, depois da primeira guerra mundial quando, ele escreveu **Imperialismo fase superior do capitalismo**, a mundialização já era muito evidente.

Uma outra característica da globalização pode ser identificada pelo fato de que

poucas empresas são transnacionais. Muitas empresas ditas globais, são na verdade corporação multinacionais baseadas nacionalmente, isto é, elas preservam uma matriz e o controle geograficamente localizado (EXAME, ago. 1996: 20).

Em fim, uma quarta característica do processo de globalização é o fluxo do capital financeiro e os investimentos diretos. Esse fluxo se restringe nos Estados Unidos, Europa e Japão onde está cerca de 80% das corporações mundiais. O que está globalizado é o capital financeiro especulativo, que gira no mundo cerca de 1 trilhão de dólares em 24 horas.

A dialética existente, entre o geral e o específico, o mercado e capital, permite entender os elementos de contradição do sistema capitalista. Ao mesmo tempo, que o capital se planetariza, o mercado se regionaliza, para se fazer mais forte e mais competitivo enquanto, ele globaliza um grupo social pequeno, enfraquece um grande grupo social, exército de reserva que falava Marx, capaz de manter o Status das elites e de dar fôlego ao mercado.

A origem dessas transformações, para alguns críticos está na crise de hegemonia do capital americano. Embora, os Estados Unidos sejam a maior potência mundial, do ponto de vista militar, de mercado, e das corporações empresariais, a sua economia permanece estagnada a 25 anos. A reorganização das forças produtivas do capitalismo americano se dá no sentido de recuperar a sua hegemonia (MANDEL, 1993). Este fenômeno aparece com uma roupagem de globalização ou como uma “novo imperialismo” se pensarmos nas intervenções que estão acontecendo em países periféricos na maioria patrocinadas pelos Estados Unidos da América (SANTARELLI, 1992: 71-80). Dentro dessa concepção de reconstrução da hegemonia americana Chomsky tece críticas ao processo de globalização como forma de desviar recursos dos países pobres para os países ricos.

A propósito afirmou Chomsky que a “nova ordem imperial” usa seletivamente o liberalismo e gera um mundo de mais pobres e mais lucros. Segundo dados do Banco Mun-

dial “as medidas as protecionistas dos países industrializados reduzem as nacionais dos países industrializados reduzem as nacionais do Sul do planeta em cerca do dobro da quantidade de ajuda esta que, ela mesmo, é em boa parte uma promoção às exportações, dirigida em sua maioria aos setores mais ricos do hemisfério” (CHOMSKY, 1993).

A recuperação da idéia de potência irá estabelecer uma nova geografia biopolítica da vida, nos moldes de uma política neoliberal. Assim, o que nós vemos no Brasil hoje como estabilização de uma política monetária, nada mais é que um deslocamento do capital financeiro, por meio de reformas estruturais (SOUZA, 1996) com o objetivo de recuperar a queda tendência da taxa de lucro a fim de beneficiar a classe dominante.

A classe dominante brasileira, por ocasião da perda da hegemonia americana entra em crise, se ver obrigada a buscar saídas para o seu modelo de desenvolvimento. Terminando o ciclo desenvolvimentista, procedeu-se uma coalizão de classe para formar um pacto de dominação, que vêm dos anos trinta sem fenda até nossos dias. Na tentativa de restabelecer o “dissensão perdida” ela, se recompôs em torno das políticas neoliberais do governo supostamente democrático (FIORI, 1996: 72-112).

Neste sentido, é possível perceber a forma como se reapropriaram do Estado Brasileiro. Um Estado que nunca foi público e muito menos democrático popular, processa uma derrocada dos direitos dos trabalhadores sem igual na nossa história, em consequência a esquerda política se vê atraída pelas possibilidades das reformas ampliarem o espaço democrático, até porque o socialismo foi pego pela “terceira onda” isto é, o pós moderno, agora, tudo aquilo que é público deficitário. A desgraça do capital está na intervenção do público. O Estado Nacional não comporta mais as atribuições do social, até porque ele deixou de ser Estado e passou a ser uma empresa. Por isso, agora será necessário envolver a sociedade para resolver o problema do público. O Estado de Bem Estar Social da maioria da po-

pulação brasileira está cada vez mais longe de ser realizado.

Caso concreto é o governo do FHC, que em nome da estabilidade política e da governabilidade, processa um grande ajuste de sua economia, baseada na privatização das empresas geradoras de lucros, na desregulamentação dos direitos dos trabalhadores e na reforma do Estado, formas de estarem inseridos na globalização. O governo continua atuando através de uma política monetarista de subsídios aos parceiros do sistema financeiro (criação do Proer) de financiamento e até de pilhagem, remunerando setores produtivos mais atrasados, pois eles querem a mesma coisa: a manutenção do poder.

Sem pretender ser vidente, no final do governo de FHC, podemos até ter 20 milhões de pessoas vivendo em idênticas condições de primeiro mundo, mas a grande maioria estará renegada socialmente e apostando na “desorganização e desunião histórica da classe subalterna”. O governo pretende perpetuar-se no poder, pois agora não tem mais exploração capitalista, até porque a sociedade deve estar inserida e colaborar com a globalização. Por isso, no imaginário da sociedade, o capitalismo aparece como se fosse sujeito, isto é, abstrai-se as relações de força que configuram essa realidade. Ser moderno não é pensar os conflitos de classes existe no interior do capitalismo, isto nada mais significa do que triunfo do abstrato.

O que é pós-moderno? À parte a polêmica existente em torno do conceito de suas várias definições, como salientaram os autores Vattino (1989), Lyotard (1990), Baudelaire (1981), Habermas (1987), Rouanet (1992), entendendo-o como comunicação generalizada, isto é, a sociedade dos *mass-media*.

Entretanto, o pós-moderno está ligado a uma concepção da história. História que não pode ser entendida de forma unitária, como pretende o filósofo americano Fukuyama, com seu conceito de “fim de história”. Benjamin, definiu a história como discurso unitário. Ela é uma representação do passado construída por grupos e classes dominantes. Segundo, Benjamin, do passado se recebe so-

mente aquilo que parece ser relevante. Ele se pergunta, será que não há, em vozes a que prestamos atenção um eco de vozes agora silenciadas? (BENJAMIN, 1939: 692). Ele deixa claro que não existe uma história única globalizante, capaz de unificar todos os outros, como seria a história da arte, da sexualidade etc.... Neste mesmo sentido pensava Gramsci. Para ele a história é história de classe, determinada pela realidade e pelas organizações coletivas que se contrapõem às fantasmagorias do abstrato (GRAMSCI: 1770).

A idéia de história por sua vez está ligada a de progresso. A crise da idéia de história traz consigo a crise da idéia de progresso, até porque não se pode sustentar que, a humanidade está fazendo possa realizar um plano nacional de melhoria das condições sociais, que a conduza à emancipação. Os iluministas, Hegel e Marx, positivistas e historicistas pensavam desta forma que, o sentido da história fosse a realização do homem europeu moderno. Nesse sentido, a crise da idéia de história, crise da idéia de progresso e o fim da modernidade, são apenas acontecimentos determinados por transformações que na maioria delas mudam o comportamento dos homens.

As transformações impõem sempre sobre os homens uma forte perda de sua “animalidade e espiritualidade”. Gramsci já acentuava essas dimensões em “americanismo e fordismo”. Dizia ele, a história do industrialismo foi sempre uma contínua luta contra o elemento “animalidade” do homem. Ela foi um processo ininterrupto, doloroso e sangüinário, de subjugação dos espíritos, a uma sempre mais complexa e rígida norma de hábitos, sem ter sido tornada uma segunda natureza (GRAMSCI: 2161). Comparativamente, as novas transformações, do pós-moderno também estão trazendo uma mudança no modo de ser e de viver dos homens, se pensar sobretudo na cultura do individual. Ele estabelece uma coerção brutal de um grupo social sobre todas as novas forças produtivas da sociedade.

No bojo dessas transformações está a idéia do livre mercado. Aí se estabelece as determinações reais para os homens buscarem

sua emancipação. Neste contexto que, o pensamento pós-moderno mais que uma concepção teórica é um paradigma de análise para se entender a globalização. O que propõe o pós-moderno? Ele propõe o imperativos racionais do mercado, como se fossem para si mesmos capazes de organizar a vida econômica, social e político de uma sociedade.

A introdução das idéias de competição, de eficiência e eficácia características da liberdade do mercado, nada mais são do que um terreno intransponível das relações sociais, políticas e individuais. Essas idéias aparecem fortemente marcada por uma carga ideológica capazes de eliminar as contradições no interior da sociedade.

Marilena Chauí define o pós-moderno, como sendo uma ideologia do neoliberalismo. Ao afirmar que as antigas idéias da razão, universalidade, consciência, liberdade, sentido da história, luta de classes, justiça, responsabilidade, assim como as distinções entre natureza e cultura, público e privado, ciência e tecnologia, subjetividade e objetividade, perderam a validade, passaram a afirmar como realidades únicas e últimas a superfície veloz do aparecer social (...) e a vitória individual a qualquer preço (CHAUI, 1995: 84).

Seguindo a trajetória de Marx, o pós-modernismo pode ser definido como o esvaziamento do concreto da parte do abstrato, isto é, como ocupação, tendencialmente sempre mais integral do valor de uso por parte do valor de troca. Isto é, o capitalismo como entendeu Marx é um processo sem sujeito, se entende a individualidade humana que com suas intenções e as necessidades por fim a prática econômica.

Como se sabe, a acumulação é a característica mais importante e fundamental descrita por Marx em nossa sociedade com respeito à pré-capitalista, onde a mais válida é destinada ao consumo das classes dominantes. Exatamente, esse processo de acumulação que coloca em movimento o sistema social, onde a quantidade não conhece diferença qualitativa, pois o que interessa e se tolera e a valorização da sua quantidade que, pôr sua vez cau-

sa uma tremenda fragmentação do sujeito e dos homens entre si.

Nesse quadro fragmentado acrescenta-se à esfera da produção a terceirização, a flexibilidade dos direitos, a prestação de serviços, usando mudanças tecnológicas inserida no mundo do trabalho. Para a população sobra somente a exclusão social, paradoxo da globalização e do pós-moderno. Forma de ampliar a acumulação capitalística.

Nesse sentido, não há uma ruptura entre o moderno e pós-moderno. O tempo em que se está vivendo é antes de tudo, intensificação do moderno, se da modernidade aceita a definição dada por Marx., isto é, vive-se numa sociedade em que o tempo e o espaço e marcado pelo capital, ou seja, a sociedade da acumulação da riqueza abstrata.

O tempo atual é de fato aquele do amadurecimento do capitalismo, da sua generalização à nível mundial ou, mais especificamente da sua extensão seja horizontal seja vertical. Do ponto de vista horizontal, o capitalismo assimila extensão enormes de diferentes áreas geográficas e econômica de natureza pré-capitalista. Do ponto de vista vertical, há uma compenetração sempre maior começando pelos países de antigas industrializações, entre o processo de valorização e o processo de produção.

Neste sentido sempre há uma maior desapropriação da força de trabalho pelo capital. Por isso, o pós-moderno nada mais é que, na sua mais verdadeira realização: a intensificação da abstratação real que está no princípio e no fim da sociedade capitalística.

O pós-moderno não pode ser visto como um caleidoscópio, isto é indivíduos ou coisas que aparecem como figuras de uma mera espacialidade sem forma, sem raiz e sem história. Até porque, no coração da produção tem-se simplesmente o tempo sem o espaço, isto é, absoluta quantidade que não consistindo nenhuma diferença qualitativa, deve somente valorizar e aumentar ela mesma.

Em fim, uma última consideração importante neste contexto, trata-se de resgatar o político entendendo-o como movimento de massa capaz de confrontar-se com o individu-

alismo reinante neste processo que estamos vivendo. Porque? Por um lado as forças produtivas estão ativas e atuantes na sociedade contemporânea. O pós-moderno não as eliminou. Por outro lado, essas forças estão submetidas ao domínio global representada na força dos administradores, cada vez mais abstrata e, portanto muitos indivíduos estão cegos aos dispositivos de reprodução da vida.

A globalização e pós-moderno só se constróem com uma democracia política capaz de compor aqueles dispositivos que foram rompidos, o da ressunção social que a multidão fará daquele poder produtivo, isto é, a valorização do trabalho, que o próprio desenvolvimento do sistema capitalista colocou-lhe nas mãos e sobretudo no cérebro dos homens.

Alguns críticos apresentam a tese de superação desse processo, como se a forma de accontentar-se da identidade única, de um possível sujeito alternativo, fundado somente sob a valorização da marginalização da existência e da negatividade da prática na qual a sociedade burguesa condena os grupos subalternos. Para muitos desses críticos devem-se a contentar de uma identidade única negadora das diferenças existenciais do conjunto da sociedade.

O problema é que não se deve accontentar-se simplesmente com a recuperação da subjetividade de um lado, e por outro, as dificuldades da construção do coletivo se esgota sempre mais, conseqüentemente, isto requer a necessidade de um outro tipo de solidariedade e força. De fato traduzir aquela identidade passiva, espelho e resultado da riqueza abstrata do capital, numa coletividade que viva antes de tudo, da riqueza das diferenças dos indivíduos que a compõe e que a define, é o grande desafio das ciências políticas. Nesse sentido, a “política” é a categoria mais apropriada para pensar a identidade única no interior de uma perspectiva radical de transformação social.

Não se pode pensar a subjetividade numa sociedade abstrata. No entanto, a intensificação da abstração capitalística seja como o esvaziamento das modalidades concretas e qualitativamente ricas da existência - no âm-

bito da produção e do consumo - sejam por um processo histórico em grau de criar uma subjetividade coletiva de oposição, por sua vez capaz de criar uma grande transformação cultural consistente na confiança do fim do mito da subjetividade individual.

A “filosofia da práxis” pode ser um instrumento moderno de análise, até porque ela permite compreender a subjetividade capitalista. Um sujeito coletivo foi pressuposto, nunca foi encontrado e nunca ganhou forma com se generaliza nas relações capitalistas da vida. Ele não é posto no horizonte de uma homogeneidade material de base das profundas transformações culturais. Ele não é monástico e indiferente, mais complexo e diferenciado, cuja igualdade não consiste em impor uma única medida a todos mas, oferecer a todos, iguais condições para realizarem a diferença peculiar de si próprio. Aqui está a radicalidade do projeto de vida e a metodologia política da “filosofia da práxis”, capaz de romper com o desafio de pós-moderno.

O dilema colocado pelas novas relações sociais é o seguinte: *por um lado* tem-se através do pós-moderno uma valorização da “subjetividade burguesa” cada vez mais ativa e, *por outro lado* tem-se um “coletivismo proletário” de marxismo arcaico, que não dá mais conta da realidade. Esse dilema não pode ser compreendido por uma “ontologia fraca” incapaz de romper com fragmentação do mundo contemporâneo como quer o pós-moderno e como também por um marxismo mecânico e economicista.

Opor-se sempre mais a unificante e homologante extensão da produção e de reprodução do capital é vital, como forma de resgatar a complexidade das relações sociais como sendo a única capaz de fazer história e de introduzir a transformações reais, tendo em vista, a possibilidade de uma subjetividade coletiva. Em última instância, trata-se de uma ação política. A racionalidade dessa ação segue sendo a tessiturados interesses e o confronto de classes, mas sua necessidade só se realiza historicamente.

A “filosofia da praxis” entende que a ação consiente não é automática. Nem a cons-

ciência classe e nem a revolução estão determinadas pelas condições econômicas do sistema capitalista fatalmente dados, mas sim, quando essa consciência torna operativa. Para tanto, Gramsci chama atenção para construir um “novo bloco histórico” onde, partindo-se da dinâmica interna desse bloco, que se constituem por crises políticas e crises orgânicas, propiciam o nascimento de novas hegemonias.

RONALDO BALTAR

Professor do Depto. de Ciências Sociais da UEL

Como debatedor, tenho o privilégio da primeira pergunta. Assim, a partir das palavras do professor José Mário, vou propor que se discuta sobre a natureza do processo de globalização, dado que a força deste conceito reside, no meu ponto de vista, em dois momentos. Primeiramente, é preciso compreender a realidade que nos cerca neste final de milênio. Isso exige um esforço intelectual que nos faça entender o ritmo do mundo atual. Em segundo lugar, depois de entender como este mundo nos dirige e nos cerca, é necessário pensar como podemos interferir de uma forma eficaz, como podemos ter a história em nossas mãos, interferindo nesse ritmo que se abriu a partir da década de 80 e que parece tomar de avalanche todo o processo mundial de desenvolvimento e que - pelo que tudo indica - perderá pelo terceiro milênio adentro.

Então, a primeira reflexão que eu gostaria de propor seria a identificação desse processo, tentando sugerir alguns pontos dentro da fala do prof. José Mário; a segunda, seria sobre as possibilidades de interferência, de participação ativa, pensando principalmente do ponto de vista dos trabalhadores e da massa de assalariados, uma vez que estes aparecem como os mais radicalmente atingidos no interior deste processo de globalização. Tentarei ser breve e colocar a questão de forma di-

reta, para permitir um maior aprofundamento pelo professor José Mário.

Gostaria de partir da caracterização, feita pelo professor, do processo de globalização como um momento de mundialização do capital. Este conceito traz uma carga mistificadora muito grande, pois existe uma tendência, não apenas por parte dos grandes empresários e da grande burguesia, que tenta criar uma imagem da globalização maior do que de fato ela é, mas também por uma parte da intelectualidade, que tenta transferir para o conceito algo que não existe historicamente. Algo que pode aparecer na linha do horizonte, as pessoas tendem a ver como a realidade atual. Cito aqui (embora ele não esteja presente para brigarmos com ele), os livros de Octavio Ianni sobre o processo de globalização, em que ele geralmente começa com a afirmativa de que o Estado nacional não tem mais poder, que a fragmentação da sociedade é total, ou seja, afirmativas que podemos - no máximo - colocar na linha do horizonte. Quando transformamos numa afirmação - o Estado nacional não tem mais poder - criamos uma mistificação do conceito, pois é óbvio que o Estado nacional ainda tem um grande poder e, embora algumas tendências apontem para isso, não sabemos se vai perder o poder algum dia. Enfim, trata-se de uma variável para trabalharmos em uma perspectiva histórica e um parâmetro para a análise da realidade.

Dada essa mistificação, o prof. José Mário aponta muito bem que o processo de globalização é um processo de expansão do capital, processo esse que está na própria natureza do capital. Ele cita as passagens de Marx em sua interpretação sobre o processo capitalista no século passado, que tem como pressuposto a dinâmica constante de expansão capitalista ao nível mundial. Quando Marx pensava o capitalismo mundial no século passado, é de se supor que o mundo, para ele, resumia-se à Europa e ao Mediterrâneo e, talvez, a América do Norte. Ele certamente não incluía o Brasil, Argentina e o México, que naquela época não eram sequer nações efetivamente independentes; eram ainda colônias, ou semi-colônias. De qualquer forma, Marx já

apontava essa perspectiva de mundialização crescente e já supunha que, um dia, haveria uma expansão total do capital.

Portanto, a globalização é esse processo efetivo de construção do capital em todos os recantos do mundo. Onde há uma relação de produção humana, tende a haver uma relação voltada para o capital e essa relação não ocorre isoladamente; o mercado tende a ser global e essas relações prevêm intercâmbios e trocas de dados, informações, capitais, trabalhadores, etc. Daí o processo de imigração e tudo o mais. Essa é uma característica básica que o professor levanta e que, a meu ver, deve ser resgatada.

Outra característica que ele cita, é que essa globalização não se dá acima das fronteiras regionais. Pelo contrário, ela pressupõe determinadas fronteiras regionais, dado que as empresas têm uma localidade, têm um foro onde ela vai discutir suas pendências, têm um banco onde vai depositar suas poupanças e este banco tem uma sede regional, paga taxas regionais, impostos locais. Logo, permanecem os espaços locais, não ocorrendo a perda total das fronteiras. O que transita sem fronteiras é o capital, entendendo-se o capital como um agente da capacidade de mobilização de recursos empresariais, que gera a riqueza abstrata que fundamenta a dinâmica capitalista. Isto é global, não tem fronteiras, porque a decisão de investimentos é muito superior aos governos locais em conseguir impor limites a isso. O professor bem lembrou que essas empresas multinacionais se expandem por vários países, mas mantêm uma sede, havendo, ainda, um processo de globalização do capital financeiro, com esta instabilidade enorme que se apresenta. Portanto, podemos pensar que a globalização é o desdobramento de um processo histórico que já vinha ocorrendo e que é característico do capital.

Sendo assim, a questão que eu colocaria para pensarmos a época atual do capitalismo é a seguinte: dado esse processo atual do capital, de globalização, se somarmos toda essa mudança no plano cultural, por exemplo, o professor frisa este conceito de pós-moderno ligando-o a uma determinada concepção de

história. Ou seja, a pós-modernidade e a globalização encontram-se relacionadas à produção, à economia. Para sermos fiéis à proposição de Marx, a globalização seria uma compreensão da dinâmica da infra-estrutura e a pós-modernidade estaria no plano da super-estrutura. Portanto, esta seria uma transformação nas concepções de mundo que envolve tudo aquilo que o professor José Mário frisou como pertencentes a essa concepção atual que permeia a noção de história e a relação de tempo e espaço. Assim, dada a junção destes dois momentos, a questão é a seguinte: não seria possível imaginar que, de fato, está ocorrendo nesse processo de mundialização uma alteração no processo de infra-estrutura? Fazendo-se uma reflexão inversa à de Marx, em que uma alteração da infra-estrutura supõe uma alteração na super-estrutura, não seria viável pensar que há uma alteração na super-estrutura porque houve algum tipo de alteração na infra-estrutura? Ou seja, será que o processo de mundialização não teria características especiais, próprias, que não estavam ainda definidas no século passado? Porventura, aquilo que Marx apontou como o processo de expansão, não apenas se expandiu, mas também mudou na essência em algum tipo de articulação no modo de produção, que traz alguma característica especial para esse modo de produção, de tal forma que nós temos uma alteração na super-estrutura, uma compreensão pós-moderna do mundo e toda essa fragmentação nas compreensões das várias identidades e organizações humanas? Havendo essa distinção, que características do processo de globalização nos permitiria pensar uma distinção entre o momento atual do capitalismo e o capitalismo do século passado (quando encontramos o primeiro momento de formalização racional do momento que estamos vivendo hoje)?

Como segunda parte da pergunta, gostaria de sugerir uma reflexão - partindo do pressuposto de que existe uma especificidade atual - sobre quais seriam os horizontes que se abrem para uma interpretação fundada na tentativa, sobretudo dos trabalhadores e dos excluídos, de tomar para si as rédeas desse

processo histórico. Ou seja, eu gostaria de propor uma questão ainda mais específica: dada a especificidade desse processo de mundialização e de produção, haveria ainda espaço para os Conselhos de Turim? Haveria, ainda, a possibilidade de construção histórica de uma hegemonia dos trabalhadores do processo produtivo e da tomada de consciência e organização dos trabalhadores, que assumiriam para si a direção ou a gerência do processo produtivo?

Essas são as questões que eu gostaria de propor para abrir a reflexão na palestra do professor José Mário.

JOSÉ MARIO ANGELI

Professor do Depto. de Filosofia da UEL

Em princípio, eu gostaria de convidar os alunos para participar dessa discussão. Minha reflexão é uma reflexão filosófica, ela foge de conceitos sociológicos e economicistas e se vocês puderem participar será muito importante.

Existem alguns elementos que o professor Ronaldo desenvolve e eu, por formação, não tenho conhecimento. Por exemplo, argumentos de ordem sociológica, me fogem à compreensão. O que tento fazer é buscar a causa da totalidade que estamos vivendo atualmente. Parto do pressuposto de que a filosofia é filha do seu tempo, como dizia o velho Hegel. O que é fazer filosofia? É refletir sobre as condições em que vivemos e o Hegel, mais do que tudo, plantou uma árvore de liberdade por entender que a Revolução Francesa era o momento da emancipação humana. Portanto, parto deste pressuposto de que fazer filosofia é refletir sobre as condições humanas atuais.

As condições atuais aparecem dentro de um contexto globalizante, totalizador (não totalitário). E por ser totalizante, envolve algumas questões de ordem sociológica, de ordem econômica, de ordem política, de ordem cultural, que estão dando substrato a todo esse

universo que se desenvolve hoje. Partindo deste pressuposto, analiso dois conceitos que estão circulando na sociedade contemporânea: o conceito de globalização e o conceito de pós-modernidade. É claro que o conceito de globalização é um conceito fundamentalmente econômico e também é claro que o conceito de pós-modernidade é a “percepção da ruptura de um pensamento passado”, qual seja, dos paradigmas que consubstanciaram todo o pensamento ocidental, até mesmo do ponto de vista epistemológico - entendendo aqui o empirismo, o estruturalismo, o marxismo, e assim por diante. Nesse momento, surge uma nova forma de refletir a realidade e essa nova forma aparece para muitos críticos de forma abstrata. Por exemplo, alguns conceitos que foram indicados: público e privado, subjetividade, ausência da história...

Assim, tento compreender a causa destes dois conceitos que estão na atualidade. Para mim, sem dúvida, essas causas encontram-se no nascedouro do capitalismo. Ora, nesse sentido, penso que os sociólogos têm um papel importante nessa reflexão sobre um modo de produção que não desapareceu e - pelo contrário - vem se fortalecendo de maneira contundente, num processo de amadurecimento perceptível. Alguns chegam a falar da vitória do capitalismo! Desta forma, o que deve fazer o sociólogo? Deve construir um novo paradigma, que a meu ver não é o da pós-modernidade, até porque o conceito de pós-modernidade é inerente a esse processo de globalização, tornando-se necessário confrontar essa essência do global, que é o fragmentário.

Do ponto de vista político, poderíamos resgatar o local sem esquecer o universal. Partindo-se da particularidade, o que acontece hoje? Está aí o computador, a desregulamentação do trabalho. Do ponto de vista da cultura, há um dilaceramento das culturas que tentam sobreviver. Do ponto de vista da educação, há um ativismo exagerado, com os administradores fazendo crer que a clareza está com eles e o obscurantismo com a comunidade. As próprias questões administrativas vêm fragmentando cada vez mais esse universo da

coletividade. À medida que me reporto à causa, procuro trabalhar essa causa, relativamente aos problemas que estamos vivendo atualmente. Aqui, acho necessário aprofundar, por exemplo, o papel das multinacionais, do capital financeiro, da relação entre protecionismo e nacionalismo. Ora, por que as multinacionais permanecem com suas matrizes sobretudo nos Estados Unidos, na Europa e no Japão? Por que elas não trazem suas matrizes para cá? Abrem-se as fronteiras para o capital, mas elas continuam lá e nós não podemos fazer o mesmo, pois seremos tratados como cidadãos de segunda categoria. A Itália, por exemplo, o que fez com os imigrantes da Albânia? Um Estado que não tem condições de receber 20.000 trabalhadores que se encontram na maior miséria, enquanto enviou como colonos 57.000.000 de trabalhadores. A discussão que se fazia na Itália, naquele momento, era essa: por que o Estado não tem como sustentar 20.000 trabalhadores, se nós italianos mandamos para os países que colonizamos 57.000.000 de pessoas? E a justificativa era: “vai haver desestabilização do Estado... desestabilização do sistema... nós não temos emprego...”. Afinal, o que é protecionismo e nacionalismo? Como podemos tabular essa relação entre um e outro? Acho que se trata de uma característica dessa modernidade, dessa globalização.

A meu ver, é necessário romper com esse novo modo de conhecer, que é o conceito de pós-modernidade. Esse paradigma não é suficiente para explicar o desenvolvimento do sistema capitalista. Novamente, teríamos que voltar à filosofia da práxis, o marxismo histórico e dialético, como método de análise, para poder entender o que está ocorrendo. Este é o desafio que está colocado hoje. Entretanto, com características novas, pois esse método também não nos dá elementos suficientes para que entendamos o atual momento do capitalismo. O capitalismo mudou e mudaram as forças das relações produtivas, mudaram as forças políticas. Temos hoje uma esquerda que se arrasta mais para a Terceira Onda do que para um método de análise que leve à transformação dessa sociedade. Até porque

essa esquerda entendeu que é preciso dar o que comer aos cidadãos e para se ter o que comer não é possível ficar com discursos radicais ou discursos jurássicos. Sim, mas isso também nada garante. Nada garante porque a maioria dessa esquerda chegou ao poder e não deu o que comer à maioria dos cidadãos. Isso ocorreu porque o modo de produção atual é seletivo.

Portanto, acredito que deveríamos fazer esta análise mas, digo honestamente, não tenho elementos para fazê-la. Que faço, então? Reporto-me a uma causa, procuro caracterizá-la e saber como está se desenvolvendo através da percepção concreta, ou seja, se a filosofia é filha de seu tempo, tenho que refletir o que está ocorrendo hoje e tento amarrar esses dois conceitos. Noto que não mudou nada. Existe uma continuidade entre os dois elementos, não há ruptura. Até porque a melhor descrição da modernidade está em Marx, em **O Capital**.

Porém, fica uma questão, que Marx colocou com grande clareza: tudo que é sólido desmancha no ar. Isto é, novamente, o conceito de história é recuperado como o elemento básico das transformações que estão ocorrendo. Aí, acho que Gramsci é um dos teóricos do marxismo ocidental que fornecem os instrumentos para explicar o que está acontecendo. Pois, embora seja possível dizer que existem diferenças, há grandes semelhanças com o capitalismo da década de 20. Há uma grande semelhança com o que ocorreu com o modo de produção de mercadorias. Nesse sentido, Gramsci contribui, através de suas categorias analíticas, para que possamos ler a atualidade. Uma delas é o conceito de hegemonia. Como a classe subalterna é desorganizada e fragmentada, o papel do intelectual é importante para desmistificar essa relação entre globalização e realidade. Existe uma mistificação de que o mundo globalizado foi o que deu certo. Por essa desmistificação podemos ir à realidade, percebendo que é outra coisa.

Assim, fecho meu discurso, mostrando que Antonio Gramsci nos dá uma grande contribuição através das categorias que utiliza, para consubstanciar uma análise da filoso-

fia da práxis como forma de superação da realidade. Entendo que as questões são históricas e, se hoje são assim, é possível que amanhã sejam diferentes.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ARANTES, P., **Comunicação**, SBPC, São Paulo, 1996.
- BALIBAR, E e WALLERSTEIN, I., **Razza, Nazione, Classe: le identità ambigue**, Roma: Edizione Associate, 1991.
- BENJAMIN, W., Uber den Begriff der geschichte. In: TIEDEMANN, R. e SCHWEPPEHAUSER, H. (org.) **Gesammelte Schriften**, v.1, T.2. Frankfurt: M., Suhrkamp Verlag, 1974.
- CHAUÍ, M. Ética e Universidade. **Universidade e Sociedade**, 1995.
- CHOMSKY, N., Novos senhores da humanidade, **Folha de São Paulo**, 1993.
- EXAME, Ed. Abril Cultural., ago. 1996.
- FIORI, J.L., **O Vôo da Coruja. Uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista**, Rio: RFJ, 1996.
- GENRO, T. Estado, opulência e dominação na terceira onda, **Adusp**, São Paulo: 1996.
- GORBACHEV, M., **Perestroika: Novas idéias para o meu país e o mundo**. São Paulo: Best Seller, 1987.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 1975. Ed. critica dell' Instituto Gramsci di Roma.
- HABERMAS, J. A nova intransparência, **Cebrap**, 1978.
- _____. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Ed. Taurus, 1987.
- HARVEY, D., **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HEIDEGGER, M., **Il cammino verso il linguaggio**. Milano: Mursia, 1990.
- KANITZ, FRARE, COELHO, SOUZA. Brasil, campeão de desigualdade, **Adusp**, São Paulo: 1996, p. 6-10.
- MANDEL, E., Neoconservadorismo solapa as liberdades Democráticas, **Folha de São Paulo**, SP, 1993.
- MARX e ENGELS. **Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996.
- SANTARELLI, E., **Imperialismo, Socialismo, Terzo mondo**. Urbino: Quatrovini, 1992.
- SOUZA, H. de, Quem governa o Brasil, **Folha de São Paulo**, SP, 1996.
- VATTINO, G. **A Sociedade Transparente**. Lisboa: Ed. 70, 1989.